



O mercado musical no Amazonas sob a égide do trabalhismo

Bernardo Thiago Paiva Mesquita¹

Erik Onias Bezerra Moreira²

Cosme Haroldo Ayres Vieira³

Nilzilene Santos⁴

Resumo

O trabalhismo é reconhecido como uma das principais correntes políticas no Amazonas. Contudo, suas implicações culturais ainda carecem de maior investigação. Este artigo pretende refletir sobre um período entre as décadas de 50 e 60, quando é possível observarmos dois campos de atuação profissional dos músicos no Amazonas. Primeiramente, ressaltamos a esfera secular-privada das festas populares em que atuavam conjuntos e orquestras de jazz em sedes de clubes de futebol. De outra forma, no campo de desenvolvimento institucional, as bandas militares e escolares tiveram grande importância, como espaço de formação ideológica e preparação para o trabalho. Considerando a força das políticas culturais implementadas pelos governos trabalhistas na década de 50, analisamos o amadurecimento da consciência organizativa surgida no florescer desse mercado musical assim como a participação das mulheres por meio da Banda do Instituto Benjamim Constant.

Palavras chave: mercado musical, trabalhismo no Amazonas, superexploração do trabalho.

El mercado musical en Amazonas bajo la égida del laborismo

Resumen

El laborismo es reconocido como una de las principales corrientes políticas en Amazonas. Sin embargo, sus implicaciones culturales aún requieren más investigación. Este artículo pretende reflexionar sobre un período entre los años 50 y 60 en el que es posible observar dos campos de actividad profesional de los músicos en Amazonas. En primer lugar, destacamos el ámbito secular-privado de las fiestas populares donde grupos y orquestas de jazz actuaban en las sedes de los clubes de fútbol. Por otra parte, en el ámbito del desarrollo institucional, las bandas militares y escolares tuvieron gran importancia como espacio de formación ideológica y

¹ Professor Doutor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT), e docente do Programa de Pós-Graduação em Música. Professor de História da Música Brasileira e pesquisador na história social da música na Amazônia. Autor do livro *Das Beiradas ao Beiradão* e coordenador do Grupo de Pesquisa e Práticas Musicais da Amazônia. E-mail: bernardopaivamesquita@gmail.com

² Graduado em Regência pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e luthier formado pela Escola de Luthieria do Amazonas. E-mail: ericksalazar1931@gmail.com

³ Discente do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT). Turismólogo em formação, com atuação e interesse de pesquisa em turismo musical. E-mail: chav.tur23@uea.edu.br

⁴ Professora da Escola Estadual Maria da Luz Calderaro (SEDUC/AM) e da Escola Municipal Maria Auxiliadora S. Azevedo (SEMED/Manaus). Especialista em Gestão de Projetos e Formação Docente e mestranda do Mestrado Profissional em Artes (PROFARTES/UFAM). E-mail: snilzisantos@gmail.com

preparación para el trabajo. Considerando la fuerza de las políticas culturales implementadas por los gobiernos laboristas en la década de 1950, analizamos la maduración de la conciencia organizativa que emergió en el florecimiento de este mercado musical, así como la participación de las mujeres a través de la Banda do Instituto Benjamim Constant.

Palabras clave: mercado de la música, Laborismo en Amazonas, sobreexplotación del trabajo.

The Music Market in Amazonas under the Aegis of Laborism

Abstract

Laborism is recognized as one of the main political currents in Amazonas. However, its cultural implications still require further investigation. This article aims to reflect on a period between the 1950s and 1960s when it is possible to observe two fields of professional activity of musicians in Amazonas. First, we highlight the secular-private sphere of popular festivals where jazz bands and orchestras performed at the headquarters of football clubs. On the other hand, in the field of institutional development, military and school bands were of great importance as spaces for ideological formation and preparation for work. Considering the strength of the cultural policies implemented by labor governments in the 1950s, we analyze the maturation of organizational consciousness that emerged in the flourishing of this music market, as well as the participation of women through the Banda do Instituto Benjamim Constant.

Key words: Music market, labor movement in Amazonas, overexploitation of labor.

Introdução

No Amazonas, o trabalhismo foi a corrente político-ideológica mais significativa na história política do estado ao longo do século XX. Enquanto no Pará vigorou o Partido Comunista, no Amazonas a corrente que deu o tom da história política do estado se originou dos avanços do projeto nacionalista a partir da década de 30.

Nesse sentido, cabe investigarmos, neste artigo, quais as implicações artístico-culturais dessa herança. Sintetizado no sindicalismo corporativista e no PTB criado sob a liderança de Getúlio Vargas, essa força histórica significou a inserção da classe trabalhadora na vida político-institucional brasileira e deixou marcas profundas na história política, cultural e ideológica. O pressuposto é de que essa força política construiu sua própria tradição cultural e política baseada no valor do trabalho e do trabalhador.

Em seu clássico *Gente dos Seringais*, o poeta e governador Álvaro Maia, um dos mais notáveis personagens do trabalhismo no Amazonas, defende os seringueiros e denuncia a opressão sofrida dentro dos seringais pelos trabalhadores imigrantes que atuavam sob as mais duras formas de vida e trabalho (1987). De forma geral, pensando nas conexões ideológicas

entre as regiões, observamos que esse horizonte já fazia parte do processo modernizador da Igreja Positivista e do castilhismo gaúcho, o qual contribui para o abandono do horizonte escravocrata em declínio com a abolição e a constituição da República. A rejeição ao passado escravocrata e a defesa de um lugar para o proletariado na sociedade moderna contribui para a valorização do trabalho durante a Primeira República, tendo repercussões evidentes no desenvolvimento do trabalhismo ao longo do século XX (2006).

O advento do regime republicano na virada do século XIX criou o ambiente ideológico propício a uma nova visão sobre o trabalho manual. Se a monarquia representava a indignidade do trabalho escravo, a república buscou positivar essa imagem, colocando o trabalho como centro da prosperidade social. Já como resultado desse processo, na década de 50 observamos os novos horizontes e direcionamentos. Jorge Ferreira fala sobre o contexto da década de 50:

Não seria exagero afirmar que, na década de 1950, surgiu na sociedade brasileira uma geração de homens e mulheres que, partilhando de idéias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas sócio-econômicas do país, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontrariam os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade (FERREIRA *apud* FERREIRA, 2013)

Os elementos presentes na utopia desenvolvimentista das décadas de 40 e 50 eram “esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo” (p.172). Para Lucília Neves, embora esse projeto tenha operado no parlamento e nas ações de governo, a adesão da sociedade civil à própria classe trabalhadora selou sua força social (p.173). O golpe que deu início ao regime do Estado Novo foi perpetrado por Getúlio Vargas em 1937 e obteve apoio substancial dos sindicatos no Amazonas (ANDES: 2019). Na década de 50, o trabalhismo expressou uma tendência de luta em vários segmentos de trabalhadores no Brasil e no Amazonas. Assim, o crescimento de Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho como fortes personalidades políticas no Amazonas foi sustentado pelas lutas desempenhadas pelos trabalhadores portuários.

Neste artigo, consideramos que as tendências políticas em crescimento no Amazonas, através do trabalhismo na década de 50, criaram suas expressões estético-musicais como as bandas de música, o folclore, o canto orfeônico e a música erudita enquanto elementos centrais para a política de construção da identidade nacional desde a década de 30.

A eclosão do movimento Clube da Madrugada em 1954, a inauguração do Coral João Gomes Junior em 1956, a realização do primeiro festival folclórico do Amazonas e a criação da Associação Profissional dos Músicos de Manaus em 1957, assim como o surgimento da banda

feminina do Instituto Benjamim Constant em 1960 e, finalmente, a criação do Conservatório Joaquim Franco em 1965 podem ser consideradas expressões significativas de um contexto histórico nacional-modernista no qual o trabalhismo teve grande relevância política e ideológica no Amazonas.

Outro aspecto relevante desse período está na atuação dos músicos no mercado musical representado por Clubes e Sedes. Nesses espaços, pequenas e médias formações instrumentais atuavam com frequência de acordo com as demandas das festas populares. Os músicos militares atuavam nesse mercado como trabalhadores ativos e com conhecimento teórico-formal em alguns casos. Esses músicos tiveram grande importância formativa sobre as musicistas da banda do IBC e o ensino prestado no Conservatório Joaquim Franco, ressaltando o caráter institucional de ações mobilizadas para o reforço dos elementos musicais do programa nacionalista no Amazonas.

Essa estrutura institucional voltada para a política cultural favoreceu o amadurecimento da consciência organizativa dos músicos e, ao mesmo tempo, marcou um referencial de um nacionalismo crítico. O conceito de nativismo musical apresentado no livro “Das beiradas ao Beiradão” remete à reflexão sobre a base político-estético-ideológica da música nas capitais da Amazônia durante o período de avanço do capitalismo imperialista sobre a região através das políticas implantadas pela ditadura.

A banda de música do IBC

As bandas de música civis-militares têm uma forte história na Região Norte do Brasil (2022). A música dos trabalhadores migrantes amazonenses foi fortemente marcada pela utilização de instrumentos de sopro, pois se generalizou tanto na esfera secular-privada com os conjuntos e orquestras de jazz como no campo de desenvolvimento institucional com as bandas militares e escolares. Conjuntos de jazz e bandas escolares também foram espaços ocupados por musicistas no período. A participação das mulheres no desenvolvimento dessas tendências musicais ocorre, principalmente, dentro das instituições de ensino conservadoras em Manaus.

A vida musical seria decisivamente influenciada pela ação modernizadora do repertório das bandas mais atuantes desde o estabelecimento da província na metade do século XIX. Em 1873, a banda do estabelecimento de Educandos Artífices em Manaus executava os vaudevilles, evidenciando como o repertório predominante era cultivado pelas instituições (PASCOA, p.34: 2009).

Um aspecto ainda pouco considerado está na atuação das mulheres dentro dessas

formações instrumentais. As bandas chegaram na década de 60 com presença ativa na vida social da população. Nesse período, quando atuavam no mercado musical em Manaus bandas civis e militares, foi criada em 1960, no governo trabalhista de Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, a banda feminina do Instituto Benjamin Constant (IBC).

Seguindo uma tradição de bandas já existentes na região, na esteira dos governos trabalhistas da década de 50, esse grupo de jovens mulheres estudantes também iniciou um trabalho pioneiro sob a regência do maestro e sargento Paulo do 27º Batalhão de Caçadores B.C. O trabalho pedagógico realizado pelo sargento implicou um rígido aprendizado ainda hoje lembrado por uma das alunas, a trompetista da banda Graciete Picanço: “Para cada aluna tinha um militar especialista no instrumento da aluna”.

O sargento Paulo era pistonista pernambucano migrante que viveu por alguns anos no Amazonas e depois retornou ao seu estado de origem. Na década de 50, o Instituto Benjamin Constant já tinha uma banda marcial de cornetas com o repertório de dobrados militares. Porém, o florescimento dessa forma instrumental ocorreu com a criação da banda feminina que foi considerada a primeira do Brasil e, nas palavras de Graciete, a “menina dos olhos de ouro” do governador Mestrinho. Essa importância atribuída pelo governador à banda explicava o esmero e cuidado com a estrutura do grupo cujos instrumentos eram comprados pelo governo no Rio de Janeiro, assim como todo material, equipamento e instrumentos musicais para o IBC.

O então governador Gilberto Mestrinho é lembrado por suas visitas frequentes e imprevistas no colégio. Desde a cozinha até a lavanderia, tudo era vistoriado pelo governador, que também levava a sua equipe nas datas comemorativas do colégio. Graciete era uma apoiadora fiel do político. Para ela, “O Amazonas tinha um pai, ele se orgulhava da gente”.

A esse respeito, abre-se uma antiga controvérsia sobre a relação de Gilberto Mestrinho com as mulheres dentro da política amazonense. A socióloga amazonense Iraildes Caldas analisa criticamente como o apoio das mulheres ao governador ajudava a criar e reforçar a figura do líder carismático (TORRES, p.161, 2009). Essa relação ambivalente se formava pela convivência do agente público e do “amigo” ou “pai”.

De qualquer forma, a banda do IBC parecia realmente gozar de um status diferenciado, vista como um projeto especial dentro da política do então governador. Segundo Graciete, “o próprio professor Paulo dizia que nós deveríamos ser tratados diferentes, que nossa alimentação deveria ser diferente porque fazíamos um esforço muito grande”. O tratamento especial se refletia na qualidade e variedade das vestimentas das integrantes da banda, que tinham roupas específicas para cada tipo de apresentação.

A trompetista lembra com orgulho a recepção calorosa que a banda recebeu na cidade

de Parintis, em uma das muitas apresentações realizadas no interior do estado. Graciete guarda na memória os feitos do grupo, que foi capaz de estrear com apenas quinze dias após o início dos trabalhos. “Nós aprendemos a tocar em 15 dias, os dois primeiros dobrados, isso causava muito espanto pela nossa dedicação”.

Demonstrando uma grande mobilidade do grupo e o interesse de propaganda do governo, a banda tocou em diversas cidades e capitais. No Amazonas, além de Manaus, a banda tocou nas cidades de Tabatinga, Itacoatiara e Parintins. Na capital do Pará, fez apresentações marcantes nos colégios católicos do Carmo e Nazaré. As viagens eram financiadas pelo governo, como no caso das viagens das lanchas para os interiores. Para a viagem a Belém, um barco foi fretado para o transporte exclusivo da equipe de 60 pessoas da escola entre freiras, professores e alunas musicistas.

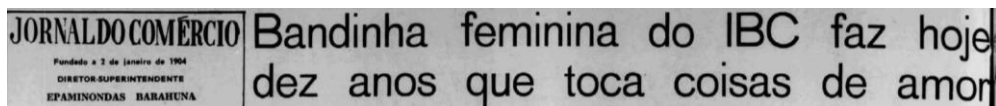
O aspecto disciplinar está presente nesse processo como um elemento conservador do ensino-aprendizagem que as jovens de 15, 16 e 17 anos recebiam nas instituições. Com essa média de idade, o internato IBC tinha 700 meninas como alunas internas que conviviam sob as regras rígidas institucionais coordenadas pelas freiras. Como exemplos desse ambiente, destacam-se, na memória de Graciete, as aulas de Educação Física que se iniciavam às 5 h.

No contexto de festas como arraiais, a vigilância aumentava no sentido de coibir a manifestação sexual. Apesar dos aspectos conservadores e punitivos da instituição, Graciete lembra positivamente da formação religiosa que recebeu: “Fui feliz, aprendi muita coisa. Sempre digo que a formação moral e religiosa que elas deram pra nós foi muito boa, e se hoje nós somos excelentes donas de casa prendadas, nós aprendemos nesse período nesse colégio”.

Aulas de música, piano e corneta faziam parte do currículo da instituição, o que facilitou na seleção das integrantes da banda. Nesse período, os professores do instituto eram padres italianos com excelente formação. Esse era o caso da irmã Pietrina Leonardo, personagem decisiva para a criação da banda como diretora do Instituto Benjamim Constant em 1960. Até 1962, a banda foi administrada pela madre superiora Pietrina e teve alternância de membros regularmente.

Logo no seu ano de nascimento, a banda se apresentou pela primeira vez no desfile de 7 de setembro de 1960 na Av. Eduardo Ribeiro. O instituto foi a primeira escola de Manaus a organizar uma banda de música feminina, e já em 1970 podemos comprovar sua notoriedade em matérias de jornais que anunciavam seus feitos nos dez anos de existência⁵.

⁵ Na página 2 de 30/08/1970 do Jornal do Comércio.



Fonte Jornal do Comércio: 28/12/1966.

Nessa matéria de 1966, o Jornal do Comércio informava que a banda regressava vitoriosa do Rio de Janeiro após ter cumprido “brilhantemente sua missão”. A banda havia sido convidada pelo diretor do Conservatório Nacional de Bandas Escolares, o Sr. Otacílio de Souza Braga, para participar do segundo Concurso de Bandas Escolares organizado pelo Ministério da Educação já sob o regime ditatorial vigente após o golpe burguês-militar de 1964.

A banda juvenil obteve a classificação de 2º lugar e recebeu um prêmio de 1.200.000 cruzeiros, o que foi suficiente para financiar a gravação de quatro músicas com mil exemplares. A matéria informa que o então governador Arthur Cezar Ferreira Reis colocou à disposição um transporte a um grupo que chegava no aeroporto. O fato de que o grupo tenha recebido apoio da ditadura mostra uma relação contraditória dos militares golpistas com as heranças do trabalhismo. A repressão de parte do movimento folclorista no Rio de Janeiro não significou um descarte imediato do campo de estudos, assim como o apoio recebido pela banda do IBC pelas forças golpistas mostra que esse tipo de formação instrumental ainda seguiu com credibilidade dentro da política cultural da ditadura.

A atuação da banda evidenciou não só o pioneirismo da banda na produção fonográfica do Amazonas como o valor político-institucional que o grupo manteve mesmo com a mudança autoritária no regime político. No contexto da política no final da década de 50, o duplo caráter de modernização e conservadorismo do projeto trabalhista ressoa nessas políticas em torno das bandas, já que, de um lado, a promoção social e ideológica do trabalhismo revelou aspectos inovadores e progressistas e, ao mesmo tempo, tentou reforçar o papel doméstico-familiar das mulheres dentro da construção do desenvolvimento nacional.

Considerando as condições político-sociais das mulheres, ressaltamos que a conquista

do direito ao voto em 1932 favoreceu a reivindicação dos grupos feministas sobre a regulação trabalhista das mulheres. Esse processo tensionava com os papéis de gênero predominantes, já que, segundo Teresa Marques, “Para as mulheres, o reconhecimento dos direitos políticos esteve associado à maternidade, tomando-se o lar como a esfera de atuação por excelência das mulheres e o mundo do trabalho como um universo hostil à presença feminina” (MARQUES, 2016). Essa concepção afastava as mulheres do mercado de trabalho e reforçava o baixo número de mulheres associadas aos sindicatos nas décadas de 30 e 40⁶. Enquanto os homens estavam submetidos à força da superexploração do trabalho (LUCE: 2018), as mulheres nem sequer tinham abertura para participar desse mercado.

Segundo o relato de Graciete, é possível percebermos como o reconhecimento e visibilidade eram vantagens percebidas pelas musicistas da banda como algo positivo alinhado com seus valores familiares. Além do sucesso de público gerado pelo sustento institucional, outro fator progressivo foi a introdução da fonografia com a realização de gravações em estúdio. Em 1966, a banda feminina gravou quatro músicas para a competição nacional no Rio de Janeiro. Esse pode ser considerado um marco inicial da produção fonográfica amazonense.



Primeira Banda Musical Feminina do Instituto Benjamin Constant. Data: 7 de setembro de 1960.

A banda de música do Instituto Benjamim Constant era composta dos seguintes instrumentos: duas tubas, dois trompetes ou piston, dois trombones de vara, um barítono, um bombardino, um clarinete, uma requinta, um bumbo, um surdo, um caixa tarol, um sax alto e um sax tenor. A banda era formada por alunas do IBC, e isso garantia a quantidade e rotatividade

⁶ Segundo Teresa Marques, “É notável que, no Censo de 1940, em comparação com os 889 mil homens empregados na indústria de transformação, havia apenas 188.500 (17,5%) mulheres. Já no serviço doméstico, os recenseadores registraram 468.955 mulheres em todo o país, ou 85,23% do setor” (MARQUES: 2016 p.670).

de integrantes da banda que mudavam com determinada frequência. O grupo inicial fez parte do momento da criação, mas já não era o mesmo em 1966 na ocasião da conhecida viagem e participação do grupo no concurso de bandas no Rio de Janeiro.

Relação das alunas e dos seus instrumentos:

- 1- Iza – sax tenor
- 2- Antonieta – sax alto
- 3- Nazare Santana – trombone de vara 1
- 4- Jarilza – trombone de vara 2
- 5- Trompete/piston – Socorro Abraim, 1
- 6- Trompete/piston – Graciete Picanço, 2
- 7- Barítono – Rosineres
- 8- Bombardino – Selma
- 9- Clarinete – Ivaneide
- Requinta – Claudete
- 10- Tuba. Auri
- 11- Pratos – Marlene Maia
- 12- Bumbo – Iracy
- 13- Caixa tarol – Ivaneide
- 14- Tuba. Socorro Morango

As orquestras, clubes e sedes: o amadurecimento da consciência do trabalhador músico

As festas populares no Amazonas movimentaram um mercado de prestação de serviços musicais importante na formação de uma esfera secular-privada no estado. Os conjuntos e orquestras de jazz atuavam em sedes de clubes de futebol, que eram um dos principais contratantes dos serviços musicais. Nesses espaços, aconteciam algumas das festas populares mais importantes, como o Carnaval e São João, assim como possíveis datas comemorativas. Depois da década de 30, as rádios também constituíram um mercado musical considerável, contratando músicos e musicistas. O trabalho nas rádios foi, para muitas cantoras no Amazonas, o início de uma vida social mais livre e mais desafiadora das normas dominantes.

O fenômeno da expansão municipal no Amazonas ocorre durante o período de ascensão da política trabalhista no estado. Esse processo, ocorrido entre as décadas de 40 e 60, contribui com o desenvolvimento e expansão de um mercado musical no Amazonas. Entre a

década de 50 e 60, o Amazonas chegou a “multiplicar seu total de municípios em quase 1.200%” (DUTRA, PEREIRA: 2018).

No final da década de 1950, na cidade de Manaus, uma parte significativa da vida cultural era centrada nas festividades carnavalescas e nos rituais religiosos dedicados aos santos venerados pela tradição da Igreja Católica, conhecidos como festas juninas, notadamente Santo Antônio (13 de junho), São Pedro (29 de junho) e São João (24 de junho). Enquanto as paróquias e suas comunidades se ocupavam da organização das celebrações juninas, o controle das festividades carnavalescas, que conferiam vitalidade à sociedade manauara, estava sob a responsabilidade dos clubes e de suas sedes.

Durante os meses de janeiro e fevereiro, os clubes organizavam suas próprias festas de carnaval, divulgando as datas nos jornais locais. Esses eventos eram direcionados aos sócios dos clubes e aos admiradores, e os ingressos eram vendidos nas próprias sedes. Os clubes que não dispunham de músicos próprios contratavam conjuntos musicais e orquestras de jazz formados por músicos locais, tanto oriundos do interior do Amazonas quanto militares que integravam grupos musicais das Forças Armadas.

Esses músicos, que atuavam principalmente à noite, não tinham contratos de trabalho fixos, realizando apresentações apenas nos finais de semana e em eventos contratados pelas instituições locais. Para garantir uma renda mais estável, muitos desses trabalhadores precisavam buscar outras ocupações além da música, exercendo-a como uma atividade secundária. Por outro lado, os músicos militares conseguiam viver com o salário proveniente de suas atividades nos quartéis, mantendo empregos tanto na esfera militar quanto como músicos noturnos. Entre os clubes que anunciavam as festas nos jornais pesquisados, os grupos musicais anunciados e as datas das festas se destacavam:

Nomes dos clubes	Datas das festas	Nome do grupo musical
Atlético Rio Negro Clube	05/01/1957	Polícia Militar do Estado
Nacional Futebol Clube	05/01/1957	Polícia Militar do Estado
Ideal Clube	23 /02/1963	Maestro Alberto Mota
Olympico Clube	19 /01/1957	Não consta nome do grupo
Atlético Bares Clube	15 /02/1958	Não consta nome do grupo
Luso Sporting Clube	-----	Não consta nome do grupo
União Atlética Constantinópolis	23/02/1957	Não consta nome do grupo
Cheik Clube	24/02/1957	Um Jazz da Polícia Militar
Amazontel Esporte Clube	07/02/1959	Não consta nome do grupo
Associação dos Sargentos do Amazonas (ASA)	07/02/1959	Imperadores do Frevo

União Esportiva Portuguesa	08/02/1959	A Melhor da Cidade
Princesa Isabel E. Clube	19 /01/1963	Para Orquestra
América Futebol Clube	19/01/1963	Peter Pan e o Conjunto Baré
Atlético Cliper Clube	02/02/1963	Não consta nome do grupo
Ipiranga Futebol Clube	02/02/1962	Mestre Napoleão e seus Batutas
Atlético Guanabara Clube	02/02/1962	Não consta nome do grupo
Santos Futebol Clube	02/03/1959	Batutas do Ritmo
Internacional Futebol Clube	10/02/1959	De Primeiríssima
Associação dos Gazeteiros	16/02/1963	Brasileiros do Ritmo
Nacional Fast Clube	16/02/1957	Não consta nome do grupo
Associação Atlética Banco do Brasil	25/01/1957	Os Copacabana

O maestro paraense Alberto Mota tocou no Ideal Clube em Manaus em 1963. Mostrando como os músicos paraenses eram presentes no mercado musical manauara, as orquestras Peter Pan e Para Orquestra também marcaram presença no América Futebol Clube e no Princesa Isabel E. Clube no mesmo ano. Os grupos Imperadores do Frevo, Conjunto Baré, Batutas do Ritmo, Mestre Napoleão e seus Batutas e Os Copacabanas foram grupos identificados no levantamento feito nos jornais de Manaus entre 1957 e 1963.

Nos anúncios veiculados nos periódicos, além de apresentarem dados sobre a data do evento e as diretrizes para o acesso de associados e não membros às instalações dos clubes, também eram divulgadas as identidades dos grupos musicais contratados para a ocasião. Todavia, observamos a presença de uma prática recorrente em que alguns clubes optavam por se abster de fornecer tais informações de forma explícita, preferindo utilizar, em vez de nomes, descrições genéricas, como "uma orquestra animadíssima" ou "uma orquestra de arrasar".

 Um trecho do periódico "O Jornal" exhibe os anúncios publicados pelos clubes durante o período festivo.	 Um segmento da página apresentava detalhes relacionados aos horários do evento, ao formato da celebração e ao nome da orquestra contratada para a ocasião.
--	--

No período da década de 50, em resposta à crescente demanda estadual por músicos e impulsionada por um vigoroso debate acerca da necessidade de aprimoramento dos direitos trabalhistas das diversas categorias profissionais, foi criada a Associação Profissional dos Músicos de Manaus. Fundada em 17 de janeiro de 1957, com sede no bairro Boulevard, a associação era presidida pelo então líder Luiz Miranda Mendes.

Seu propósito primordial residia na regularização do status dos músicos como trabalhadores em Manaus, além da supervisão dos contratos firmados por seus associados e mesmo por aqueles não vinculados à entidade, que desempenhavam suas atividades nos clubes locais. Era então necessário que todo músico que prestasse serviço na cidade fizesse parte da associação, punindo com a perda de contrato todo aquele que não fosse associado. Os únicos grupos que não tinham de fazer parte eram os então músicos militares e os grupos criados por suas instituições.



Aviso no periódico "O Jornal" sobre a Fundação do Clube e suas leis vigentes.

O saxofonista do jazz barreiros Azamor Barreiros era o presidente da Associação Profissional dos Músicos de Manaus em 1957. Azamor, que já havia demonstrado liderança na criação e condução de seu jazz, se destacou como representante político-sindical dos trabalhadores músicos nesse período. As jazz-bands eram comuns na vida musical de Manaus, e não é estranho que um líder de grupo musical também atuasse na organização de uma organização laboral.

A expansão da visão do músico como um profissional trabalhador ganhou um marco significativo com a fundação da Ordem dos Músicos do Brasil em 28 de dezembro de 1960.

Amparada pela Lei Federal 3857/60, essa instituição foi dirigida pelo então presidente Juscelino Kubitschek. A partir desse momento, foi estabelecido que todo músico deveria obter seu registro profissional emitido pela ordem bem como cumprir com o pagamento de anuidades, seguir os códigos de ética estabelecidos, participar de eventos promovidos pela ordem e respeitar suas normas instituídas.

Consequentemente, todos os músicos instrumentistas, cantores, compositores, arranjadores e regentes, seja na cidade de Manaus ou em qualquer estado do Brasil, eram obrigados a se filiar à Ordem dos Músicos do Brasil. Vale ressaltarmos que os músicos militares se mantinham sob a jurisdição das instituições militares às quais estavam vinculados. A filiação à Ordem dos Músicos do Brasil oferecia diversas vantagens aos músicos, incluindo regulamentação profissional, reconhecimento da profissão, representação e defesa dos interesses da classe. O caráter autoritário e repressivo acompanhou contraditoriamente esse processo que de um lado buscava melhorar o status dos músicos como trabalhadores, mas, por outro lado, permitiu uma relação intensa de fiscalização, censura e repressão.

Considerações finais

O trabalhismo no Amazonas é um fenômeno de grande importância para a compreensão da história política do estado. Suas implicações culturais ainda não foram devidamente investigadas e debatidas. Neste breve artigo, damos uma contribuição para as implicações musicais no momento de ascensão e colapso da política trabalhista. A política varguista construiu uma base de crenças e valores em torno das lutas dos trabalhadores levando, como nos mostra Ângela de Castro Gomes (2011), ao reconhecimento dos trabalhadores como agentes do processo histórico e cidadãos ativos (ANDES, 2019). Observamos como esse processo de crescimento do trabalhismo no Amazonas favoreceu uma nova construção institucional, estética e musical na cidade de Manaus. Esse contexto permite compreender o papel ideológico desempenhado pela banda feminina dentro do horizonte do trabalhismo no Amazonas antes do golpe civil-burguês-militar de 1964.

O balanço que fizemos das relações trabalhistas dos músicos e musicistas em Manaus nas décadas de 50 e 60 indica uma rica atuação de diversos conjuntos e bandas ocupando diferentes espaços sociais e políticos. O mercado musical secular ocorria no contexto das festas populares promovidas por sedes de sociais e de clubes de futebol.

É possível falarmos em duas forças modernizadoras atuantes nesse período. De um lado, a burguesia nacional e amazonense, tais como donos de rádio, lojas e clubes e sua

submissão às gravadoras estrangeiras e nacionais. De outro lado, uma plataforma cultural nacional-modernista durante os governos trabalhistas de Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho na década de 50, o que ainda encontrou continuidade nos governos golpistas ao longo da década de 60. Enquanto as rádios, os clubes e as sedes constituíram um mercado musical interligado à indústria cultural dominada pelos centros imperialistas, o espaço político-institucional do Amazonas apresentava uma construção de identidade nacional e estadual através da valorização do canto orfeônico, dos festivais folclóricos e das bandas de música.

O desenvolvimento nacional como horizonte do progressismo trabalhista pode ser simbolizado pelo surgimento de dois marcos significativos no desenvolvimento da consciência social para o trabalho do músico ou musicista: a fundação da Associação Profissional dos Músicos de Manaus em 1957 e a criação da Ordem dos Músicos do Brasil em 1960.

Além disso, ainda no Amazonas, a criação da banda feminina do Instituto Benjamim Constant expressou o paradoxo entre o caráter democrático-progressista do projeto trabalhista e o caráter conservador presente nas instituições de ensino. Destacamos a importância desse momento também no que diz respeito às contradições e limites inerentes a esse processo. As restrições sociais impostas às mulheres em sua atuação no mercado privado também eram observadas na disciplinarização exercida pelas instituições de ensino destinadas a formar a mulher para a constituição familiar-doméstica.

Apesar de ter constituído um processo democrático-desenvolvimentista, marcado pelo pioneirismo fonográfico, o reconhecimento e a valorização política da banda no período, assim como o aprendizado de instrumentos de sopro, não significaram uma ação de inserção dessas musicistas no mercado profissional em ascensão. Essa barreira social contra a participação profissional das trabalhadoras dentro do mercado musical começava a ser rompida a partir desse momento. Esse processo sinuoso contribui na explicação sobre a ausência de mulheres entre os artistas amazonenses introduzidos na indústria fonográfica na década de 70 e 80.

Referências

ANDES, Pedro Marcos Mansour. **“Não delegamos poderes a quem quer que seja”**: Os sindicatos dos trabalhadores de Manaus no contexto do golpe do Estado Novo. ANPUH, 30º Simpósio Nacional de História, 2019.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo**: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 109-143.

COSTA, ANA MARIA MACHADO. **O Apostolado Positivista e o Castilhismo na construção do direito do trabalho no Brasil**. Dissertação de Mestrado em História apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

DUTRA, Marcelo José de Lima; PEREIRA, Henrique dos Santos. **Formação de municípios no Amazonas após a Constituição Federal de 1946**: fragmentos de uma história interrompida e esquecida. Rev. Bras. Estud. Urb. anos Reg. (ON LINE), SÃO PAULO, V.20, N.1, p.51-68, JAN.-ABR. 2018.

FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história**: debate e crítica/ organização, Jorge Ferreira – 3ªed. – rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MAIA, Álvaro. **Gente dos Seringais**. 2ªedição, Brasília – 1987.

MESQUITA, Bernardo. Das beiradas ao beiradão – a música dos trabalhadores migrantes no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2022.

NEVES, Lucília de Almeida Neves. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo**: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). O Populismo e sua História: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

PÁSCOA, Márcio. Ópera em Manaus. /Márcio Páscoa (org.) – Manaus: Editora Valer, 2009.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino**, Brasil: 1932-1943. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, no 670 59, p. 667-686, setembro-dezembro 2016.

VENANCIO, Giselle Martins. **Lugar de mulher é...** Na fábrica; estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). História: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001. Editora da UFPR.

TORRES, Iraildes Caldas. **Arquitetura do Poder**: memória de Gilberto Mestrinho – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias –uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.